

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRANSITO - 2011-2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU, realizada em março de 2010, tomando por base os estudos elaborados pela Organização Mundial de Saúde - OMS, estabeleceu a década 2011-2020 como a *Década de Ação para Segurança Viária*, convocando todos os países signatários da Resolução, entre eles o Brasil, para desenvolver ações para a redução de 50% de mortes em 10 anos.

Como subsídio para a mobilização dos países membros, a ONU lançou dois documentos – o “Global Plan” e o “Toolkit for Organizers for Launch Events”. O primeiro contém subsídios para o desenvolvimento de planos de ação nacionais e locais e o segundo, um conjunto de idéias para eventos de lançamento do Plano de Ações, marcado para o dia 11 de maio de 2011.

Os estudos realizados em 2009 da Organização Mundial de Saúde – OMS, que motivaram a decisão da ONU, registraram 1,3 milhão de mortes por acidente de trânsito em 178 países. Segundo eles, se nenhuma ação mundial for empreendida, o número de mortes em todo o mundo poderá chegar a 1,9 milhão até 2020.

Os dados de mortes no Brasil são controversos, pela falta de um sistema seguro de estatísticas e indicam números que vão de 35 mil a 50 mil mortes por ano. Na pior das hipóteses, no entanto, em comparação aos números apresentados pelo estudo da OMS, as mortes de trânsito no Brasil representam quase 3% das mortes em todo o mundo.

Estudos realizados pelo DENATRAN, ANTP e IPEA em 2004 e 2006, em aglomerados urbanos e nas estradas, respectivamente, estimaram o custo social dos acidentes no Brasil em cerca de R\$30 bilhões, em valores de 2010. Parte destes custos representam recursos do Sistema Único de Saúde – SUS que são drenados todos os anos para o socorro a acidentados no trânsito no próprio local do acidente, no

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

transporte de vítimas, no serviço hospitalar e no processo de recuperação e reabilitação, prejudicando inúmeras outras pessoas com doenças graves a espera de atendimento público de saúde.

O relatório anual do DENATRAN de 2010 contabilizou a arrecadação de cerca de R\$300 milhões para o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET e de aproximadamente R\$290 milhões provenientes do Seguro Obrigatório (DPVAT). Por lei, o FUNSET é composto por 5% dos valores de multa arrecadados em todo o Brasil, sendo possível calcular o total de recursos disponíveis para os órgãos executivos de trânsito em R\$6 bilhões. Mantido o nível de arrecadação atual também no período de 2011 a 2020, só o DENATRAN disporá de FUNSET e DPVAT, ao fim desta década, de cerca de R\$5,9 bilhões, enquanto os demais órgãos executivos de trânsito terão recolhido em valores de multa algo em torno de R\$60 bilhões, recursos que precisam ser inteiramente aplicados no combate à violência no trânsito.

Face a isto, é indispensável rever-se a cultura da impunidade no Brasil, da qual participam não apenas cidadãos comuns, mas parte das estruturas do executivo, legislativo e judiciário e de setores da sociedade e a mídia. A decisão da ONU tem por mérito mudar o tratamento dos acidentes de trânsito como “fatalidades”. Com isto, pretende-se enfrentar as práticas que acabam, por um lado, estimulando atos infracionais e toda sorte de ilegalidades e fraudes e, por outro, reduzindo o poder de atuação das autoridades ao contingenciarem os recursos legais, ou direcioná-los a outras iniciativas governamentais, tornando os órgãos de trânsito incapazes de cumprirem com eficiência suas competências.

Por todos estes motivos, apoiados nos documentos divulgados pela ONU, no Plano sugerido pelo Comitê Nacional de Mobilização pela Saúde, Segurança e Paz no Trânsito, coordenado pelo DENATRAN, nos princípios contidos no Manifesto da Frente Parlamentar de Redução do Acidente de Trânsito e nas contribuições de inúmeras outras entidades e profissionais colaboradores, a Associação Nacional dos Transportes Públicos – ANTP, por meio da Comissão de Trânsito, o Instituto de Engenharia de São Paulo e o Conselho Estadual para Diminuição do Acidente de Trânsito e Transporte do Estado de São Paulo – CEDATT, realizaram diversas reuniões visando a elaboração de uma proposta de Plano Nacional de Redução de Acidentes para a Década 2011-2020. Este Plano apresenta objetivos e metas, organizados segundo seis pilares estratégicos: gestão, fiscalização, educação, saúde, segurança viária e segurança veicular, com os seguintes objetivos estratégicos:

Gestão: Instituir uma gestão eficiente e capacitada, baseada em eficientes sistemas de informações e de indicadores de desempenho, capaz de coordenar adequadamente o Sistema Nacional de Trânsito e as ações e os recursos disponíveis, com planos de metas e acompanhamento permanente. Destaca-se o fortalecimento do órgão executivo federal (Denatran) e a criação do Observatório Nacional, este

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

constituído por entes de governos e da sociedade civil, com o objetivo de observar e acompanhar os planos de governo.

Fiscalização: Promover fiscalização eficaz e eficiente em todo território nacional, por meio de recursos humanos, tecnológicos e de sistemas informatizados de gestão, em especial focada sobre atos infracionais e fatores de risco dos quais possam resultar riscos de acidentes e mortes no trânsito, tendo como princípio a reeducação e a redução da impunidade.

Educação: Mobilizar os setores governamentais e não governamentais, empresariais, educacionais, técnicos e acadêmicos para que participem e adotem ações educativas que promovam o respeito às regras de trânsito, às pessoas e ao meio ambiente e que incentivem os cidadãos a desenvolverem um comportamento mais seguro, ético e solidário no trânsito.

Saúde: Promover a saúde voltada para a mobilidade urbana, em especial o estímulo e o fomento de ações práticas para a redução de mortes ou da gravidade de lesões às vítimas de acidente de trânsito, capacitar os agentes de saúde, assim como promover a educação para o trânsito por meio das redes de assistência da saúde em comunidades.

Segurança Viária: Prover as vias urbanas e rodoviárias de infraestrutura física e de sinalização que dê prioridade ao transporte coletivo e aos não motorizados e que proporcione a segurança de todos os usuários da via, em especial o desenvolvimento de ações voltadas para os principais fatores de risco e para os usuários mais vulneráveis no trânsito, como os pedestres, ciclistas e motociclistas.

Segurança Veicular: Realizar o controle sobre a frota de veículos automotores, na fabricação e no uso, de forma a melhorar os níveis de segurança veicular e reduzir os níveis de emissão de poluentes. Criar programa de incentivo financeiro para substituição da frota de veículos fora das condições de segurança e de alto custo para recuperação.

Esta proposta, cujo texto integral se encontra anexo, visa subsidiar a sociedade brasileira e aos membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de forma a que o Brasil possa abraçar a meta proposta pela ONU de redução de 50% de mortes por acidente de trânsito na Década 2011-2020, de forma a se preservar e qualificar um número maior de vidas.

1. INTRODUÇÃO

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

O Plano Nacional de Redução de Acidentes e Segurança Viária para a Década 2011-2020, cujo texto foi produzido com a contribuição das organizações governamentais e não governamentais reunidas pelo Comitê Nacional de Mobilização pela Saúde, Segurança e Paz no Trânsito, coordenada pelo Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, foi o ponto de partida para a construção deste documento.

Elaborado a partir das sugestões recolhidas em reuniões da Comissão de Trânsito da ANTP, do Instituto de Engenharia e do Conselho Estadual para Diminuição do Acidente de Trânsito e Transporte – CEDATT, do Estado de São Paulo, o presente documento constitui uma proposta para os governos brasileiros e para a sociedade civil para o enfrentamento da grave realidade do acidente de trânsito no Brasil, como resposta ao chamamento da ONU, que, na Assembléia Geral, em março de 2010, com base em estudos da Organização Mundial de Saúde, estabeleceu a década 2011-2020 como a Década de Ação para Segurança Viária, convocando todos os países signatários, e o Brasil foi um deles, para esse esforço mundial.

Em 2009, a Organização Mundial de Saúde registrou 1,3 milhão de mortes por acidente de trânsito em 178 países. Segundo a OMS, se nenhuma ação mundial for empreendida, este número poderá chegar a 1,9 milhão de mortes até 2020.

Os dados de mortes no Brasil são controversos, em face de falta de um sistema seguro de estatísticas, mas, segundo estudo publicado pelo DENATRAN e pelo IPEA em 2006, com dados coletados em 2004 e 2055, o custo social dos acidentes em rodovias foi estimado em cerca de R\$ 24,6 bilhões anuais, dos quais R\$ 8,1 bilhões correspondiam aos acidentes nas rodovias federais e R\$ 16,5 bilhões nas estaduais. A pesquisa constatou que o custo médio do acidente com feridos fica em torno de R\$ 90 mil e com mortes esse valor chega a R\$ 421 mil. Em estudo semelhante realizado pelo DENATRAN, pelo IPEA e pela ANTP, em 2004, para os aglomerados urbanos, a estimativa do custo social de acidentes de trânsito naqueles locais foi de R\$5,3 bilhões anuais. Tomando-se os dois estudos, o custo social total no Brasil é da ordem de R\$30 bilhões anuais.

Ao mesmo tempo em que se constata o tamanho do custo social do acidente de trânsito no Brasil, no ano de 2010, segundo relatório do DENATRAN, foram arrecadados R\$300.278.303,98 para o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito – FUNSET e

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

R\$289.693.545,51, relativos à parcela do DPVAT. Considerando que o FUNSET representa apenas 5% do total de multas arrecadas em todo o Brasil, o total de recursos disponíveis para os órgãos executivos de trânsito chega a R\$6 bilhões anuais que deveriam, mas que não são inteiramente destinados às ações de engenharia, fiscalização e educação de trânsito, portanto, em ações voltadas para a redução de acidentes.

Acrescente-se que o acidentado de trânsito, em sua maioria, é conduzido às estruturas públicas de atendimento hospitalar. Os dados são alarmantes, especialmente quando se observa que grande parte dos recursos financeiros do setor da saúde é drenada para o atendimento de urgência e traumatologia, para a reabilitação e a inclusão social de acidentados de trânsito. A cada morte no trânsito, contam-se 20 outros acidentados que ficam feridos, muitos deles com seqüelas irreversíveis, exigindo um esforço brutal do setor de saúde e das famílias brasileiras, não apenas daquelas famílias dos próprios acidentados, mas todas as outras que recorrem aos hospitais públicos por outras doenças e ficam à espera de atendimento.

As recomendações aqui apresentadas para um Plano Nacional compreendem um conjunto de medidas que visa a curto, médio e longo prazos, reduzir os níveis atuais de mortalidade e lesões por acidentes de trânsito no país, tendo como meta o índice de redução proposto pela Resolução da ONU de 50% em 10 anos, por meio de ações eficientes dos Governos, em todos os níveis e âmbitos de competência.

No escopo do Plano, impõe-se, necessariamente, que as autoridades responsáveis apliquem os recursos arrecadados de multa e fundos correlatos, destinando-os, efetivamente, para o combate à violência no trânsito, na fiscalização, na educação de trânsito, no atendimento de urgência de acidentados e na segurança viária e veicular. Ao lado das instâncias de governo, é indispensável o envolvimento da sociedade civil, das organizações não governamentais, organizações de classe, organizações religiosas e inúmeras outras, seja no desenvolvendo ações de prevenção e conscientização em seus segmentos, ou mesmo carreando recursos para ações de governo e difundindo boas práticas e, naturalmente, cobrando os governos nas suas responsabilidades.

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

As recomendações aqui apresentadas, em sua concepção, consideram também o esforço nacional empreendido na proposição da Política Nacional de Trânsito, da qual participaram os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito e amplos setores da sociedade, tornada pública pela Resolução CONTRAN N° 166, de 15 de setembro de 2004, resgatando os princípios, as diretrizes e os objetivos gerais que nortearam aquele documento.

Não obstante as propostas aqui enunciadas terem um caráter mais restrito que a PNT, elas atualizam o panorama descrito em 2004, ratificam seus propósitos e atualizam suas metas. Vai além: sugere propostas de ação efetivas que possam, de fato, reverter o quadro atual de acidentalidade no país.

Trata-se, portanto, de um conjunto articulado de medidas intersetoriais, através das quais se estabelecem ações, metas e cronogramas de execução, visando a redução de acidentes e mortes no trânsito. Para que o objetivo seja atingido, o Comitê propõe enfrentar pontos identificados como de vulnerabilidade, e recomenda que se estabeleçam parcerias, com o envolvimento da sociedade civil.

Ressalta-se que o incentivo à utilização do transporte público e outros não motorizados deve ser a tônica nos projetos de financiamento urbano, como forma de reduzir a influência e exigências do automóvel, em muitos casos, impossíveis de serem atendidas como a da fluidez do trânsito em grandes cidades. Incentivar, por exemplo, iniciativas como a que está em tramitação no Congresso Nacional - o REITUP – Regime Especial de Incentivo ao Transporte Público.

É fundamental, ainda, que exista a vontade política dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e que conte com o apoio explícito da Presidência da República, dos Governadores, Prefeitos, do Presidente do Congresso Nacional e dos presidentes de partidos políticos, do Conselho Nacional de Promotores e do Conselho Nacional de Justiça. Vale lembrar que nos países que reverteram a curva de acidentalidade, os programas de segurança viária foram assumidos pelo poder central, não apenas com gestos importantes no campo da comunicação, mas com efetivo direcionamento de recursos.

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

É importante reconhecer que, em 6 de abril de 2011, a Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro, na 54ª Legislatura pela Redução de Mortes e Lesões no Trânsito lançou um manifesto dos parlamentares que, em síntese, pretende exigir dos governos a adoção do Plano de Ação da Organização Mundial de Saúde, que foi mundialmente divulgado, enfatizando, para que as medidas e recomendações constantes do Plano sejam efetivamente cumpridas, defendemos o cumprimento rigoroso de três princípios institucionais:

- Estabelecer uma política pública definindo a redução da violência no trânsito como prioridade de governo e inadiável compromisso com a sociedade que, por sua vez, deve contribuir efetivamente para o alcance dos objetivos de redução dos índices da violência no trânsito.
- Instituir uma gestão eficiente e capacitada, capaz de coordenar adequadamente todo o Sistema Nacional de Trânsito, as ações e os recursos disponíveis, com planos de metas e acompanhamento permanente.
- Aplicar integralmente os recursos do FUNSET e do DPVAT destinados ao trânsito, principalmente na permanente capacitação de instrutores e examinadores de trânsito; na evolução da formação e reciclagem de condutores; na construção, sinalização, manutenção, fiscalização e policiamento das vias para sua utilização de forma plenamente segura; na realização de ações educativas e campanhas de conscientização que previnam os acidentes e nas ações de socorro e atendimento que reduzam as conseqüências das lesões e o pronto atendimento às vítimas.

Neste mister, considerando o momento político favorável em que outros 178 países se propõem a tomar uma atitude para a reversão da violência no trânsito no mundo, é necessário, no Brasil, se enfrentar com coragem a cultura da impunidade, da qual participam cidadãos e estruturas impunes, como os infratores contumazes, entidades que deveriam ensinar e, ao contrário, incentivam a prática de ilegalidades e fraudes, órgãos que deveriam fiscalizar e não fiscalizam, pais e responsáveis por famílias que incentivam seus filhos na prática de buscar facilidades, em vez de ensiná-los a percorrer caminhos éticos, instituições da justiça morosas e lenientes com a prática de delitos no trânsito, setores do legislativo que

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

elaboram ou incentivam projetos de lei visando abrandar determinações do Código de Trânsito Brasileiro, setores da mídia que, no afã de exercerem seu papel de crítica aos maus costumes e às práticas inadequadas de governo, confundem a proteção da lei com a proteção de infratores e irresponsáveis no trânsito e, por fim, os próprios governos, em todas as suas esferas, que deveriam aplicar recursos advindos do sistema de trânsito, como as multas e as taxas públicas, mas que a prática ensina que são desviados para outros setores da administração, como se R\$30 bilhões de custos sociais dos acidentes de trânsito não tivessem importância alguma.

O presente documento, escrito no momento em que o mundo está disposto a reduzir o acidente de trânsito em 50%, se propõe a oferecer à sociedade um conjunto de medidas, colhidas com representação de todos os setores afins ao tema. O presente Plano de Ações parte de um objetivo geral, sugere um conjunto de diretrizes gerais e propõe ações fundamentadas por seis objetivos estratégicos (pilares). Para que as ações sejam exequíveis, elege-se, em cada uma das ações, o responsável por executar ou coordenar a ação, a indicação de outras entidades envolvidas, bem como metas a serem atingidas.

2. OBJETIVO GERAL

O objetivo maior é o de construir uma verdadeira Política de Estado, com envolvimento de toda a sociedade organizada.

3. DIRETRIZES GERAIS

- a) Implantar o Observatório Nacional de Trânsito e incentivar a criação de observatórios regionais;
- b) Criar, no âmbito de cada órgão do SNT, programas voltados à segurança dos usuários mais vulneráveis - pedestre, motociclistas e ciclistas, e a segurança para transporte de carga e transporte público de passageiros e a segurança nas estradas.

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

- c) Criar Programa Nacional de Gestão Integrada de Informações no âmbito federal, estadual e municipal;
- d) Promover os preceitos de acessibilidade em todos os programas que compõe o plano da década.
- e) Fortalecer o órgão máximo executivo de trânsito da União, como forma de garantir a integração de todo o SNT;
- f) Utilizar os recursos de multa, FUNSET e DPVAT previstos em Lei em cada um dos órgãos executivos de trânsito do SNT, para fomentar ações de engenharia, fiscalização e educação para o trânsito.
- g) Revisar as normas de projetos de vias, loteamento e intervenções urbanas.

4. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

As ações do Plano Nacional de Redução de Acidentes e Segurança Viária para a Década 2011-2020 estão fundamentadas em **objetivos estratégicos** com seis pilares:

I – Sistema de Gestão

Criar um sistema de gestão nacional eficiente que permita acompanhar o andamento dos programas de ação de redução de acidentes, verificar o cumprimento de metas e conhecer e difundir as iniciativas e as boas práticas em desenvolvimento em todo o país. Significa criar e manter eficientes sistemas de informações e de indicadores de desempenho de âmbito nacional e criar e implementar mecanismos de incentivos financeiros atrelados a planos de metas nacionais, fortalecer o órgão executivo federal (Denatran) e criar o Observatório Nacional.

II - Fiscalização

Promover fiscalização eficaz e eficiente em todo território nacional, por meio de recursos humanos, tecnológicos e de sistemas informatizados de gestão, em especial sobre atos inflacionários dos quais possam resultar riscos de acidentes e mortes no trânsito.

III – Educação

Mobilizar os setores governamentais e não governamentais, empresariais, educacionais, técnicos e acadêmicos para que adotem ações que promovam o respeito às

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

regras de trânsito, às pessoas e ao meio ambiente e que incentivem mudança das pessoas para um comportamento mais seguro, ético e solidário no trânsito. Os programas de educação deverão ser inclusivos, contemplando as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

IV – Saúde

Promover a saúde voltada para a mobilidade urbana, em especial o estímulo e o fomento de ações práticas para a redução de mortes ou da gravidade de lesões às vítimas de acidente de trânsito, capacitar os agentes de saúde, assim como promover a educação para o trânsito por meio das redes de assistência da saúde em comunidades.

V – Segurança Viária

Prover as vias urbanas e rodoviárias de infra estrutura física e de sinalização que proporcione a segurança de todos os usuários da via, em especial incentivar as ações voltadas para os principais fatores de risco e para os usuários mais vulneráveis no trânsito, como os pedestres, ciclistas e motociclistas. Rever normas de projetos e loteamentos, das calçadas, raios de visão de cruzamentos.

VI – Segurança Veicular

Realizar o controle sobre a frota de veículos automotores, na fabricação e no uso, de forma a melhorar os níveis de segurança veicular e reduzir os níveis de emissão de poluentes. Criar programa de incentivo financeiro para substituição da frota de veículos fora das condições de segurança e de alto custo para recuperação.

SISTEMA DE GESTÃO

AÇÃO 1: Criar a Autarquia DENATRAN, com estrutura organizacional e recursos financeiros compatíveis com o papel de articulação, coordenação e fomentos de programas de engenharia, fiscalização e educação para o trânsito.

Objetivo: O DENATRAN é o coordenador do Sistema Nacional de Trânsito, é o suporte técnico do CONTRAN, suporte administrativo e técnico das Câmaras Temáticas e o organismo do SNT que realizará os estudos e as propostas dos grandes sistemas de gerenciamento de informações. O projeto de criação da autarquia está em tramitação há oito anos, neste momento, no Congresso.

Implementação:

- a. O Congresso Nacional: aprovar a Autarquia DENATRAN.

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

b. O Governo Federal: promover os concursos públicos para admissão do quadro de pessoal da autarquia.

c. O Ministério do Planejamento: liberar os recursos do FUNSET e do DPVAT historicamente contingenciado, de acordo com o planejamento estratégico da autarquia.

Metas físicas:

- Aprovação da Autarquia: até 31/07/2011.
- Edital de concurso público: até 31/12/2011.
- Preenchimento de cargos: até 31/07/2012.

Cronograma de execução: Autarquia em funcionamento pleno em 31/12/2012.

Parcerias recomendadas: Governo Federal; Congresso Nacional; Ministério das Cidades.

ACÇÃO 2: *Criar o Observatório Nacional de Trânsito*

Objetivo: Composto por entes públicos e da sociedade civil, o Observatório será uma unidade centralizadora que receberá e difundirá informações sobre o andamento das ações propostas de redução de acidentes em todo o país. Assim como, por um lado o DENATRAN será a unidade de coordenação do SNT, realizando estudos, dando suporte técnico e fomentando as ações dos órgãos do SNT, o Observatório será a “caixa de ressonância” do programa de ações, voltado para a estratégia de comunicação, motivação, estímulo, formação da opinião pública e congregação de esforços dentro e fora do SNT.

Implementação:

- O Ministério das Cidades promoverá um chamamento geral aos órgãos do SNT, às organizações não governamentais e associações de classe vinculadas ao assunto de trânsito para elaborarem as regras para criação do Observatório Nacional: até 31/12/2011.
- Conforme regimento interno do Observatório, serão indicados os membros e entidades componentes: até 31/12/2011.
- O Observatório irá estabelecer as diretrizes para a construção da metodologia e dos processos acompanhamento do plano de metas para a redução de acidentes na década 2011-2020: até 31/07/2012.

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

- O Observatório irá estabelecer formas de difusão de informações, dados e notícias: até 31/12/2012.

Metas físicas: Observatório instalado e em pleno funcionamento: em 31/12/2011.

Cronograma de execução: Permanente.

Parcerias recomendadas: Órgãos públicos e da sociedade civil.

AÇÃO 3: Implementar o RENAEST – Registro Nacional de Estatística de Acidentes de Trânsito;

Já há uma estrutura de sistema de gestão de estatística de acidente de trânsito, implantada pela Resolução CONTRAN nº 208, de 2006, que precisa, de fato, ser implementada em todo o país.

Objetivo:

O objetivo é retomar o RENAEST com o objetivo de organizar dados de acidentes de trânsito confiáveis de todo o território nacional e padronizar a coleta e processamento estatístico das informações de trânsito

Implementação:

- a. O CONTRAN, com base em estudo do DENATRAN, ouvida as Câmaras Temáticas afins, os órgãos de Segurança Pública, da Saúde e do SNT, deverá estabelecer os campos obrigatórios mínimos para o boletim de ocorrência;
- b. O DENATRAN coordenar a implantação do RENAEST;
- c. O DENATRAN irá capacitar multiplicadores para treinamento de agentes responsáveis pela coleta e análise de dados;
- d. Descentralizar o registro de informações, com a criação de registros locais.

Metas físicas: Permanente.

Cronograma de execução:

- Implementação do RENAEST: até 31/12/2011.
- Cursos e encontros de capacitação de multiplicadores: Jan a Dez/2012.

Parcerias recomendadas: Todos os órgãos do SNT. órgãos nacionais, estaduais, e municipais de: saúde, educação, meio ambiente, transporte, e segurança pública.

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

AÇÃO 4: *Criar o Planejamento Nacional de Ações e incentivar aos melhores desempenhos nas metas de redução de acidentes, com base em planejamento de ações dos órgãos executivos do SNT*

Objetivo: Criar o Planejamento Nacional de Ações, com base nos planejamentos de ações os órgãos executivos do SNT, voltado para os principais fatores de risco de acidentes de trânsito: atropelamento, acidentes com motocicletas, excesso de velocidade, uso de álcool ao dirigir, avanço de sinal e ultrapassagem em rodovia.

Implementação:

- Cada um dos órgãos executivos do SNT, com base em diagnósticos locais, deverá apresentar ao DENATRAN um planejamento de ações anuais voltados para os principais fatores de risco e para os objetivos do Plano Nacional, indicando os investimentos necessários, as metas físicas de execução e as metas de redução de acidentes.
- O DENATRAN, com base nas informações dos planejamentos dos órgãos executivos do SNT organizará o Planejamento Nacional de Ações, dando publicidade nacional ao Plano que será encaminhado, também, ao Observatório Nacional para avaliação permanente.
- O DENATRAN, ouvido os órgãos e entidades do SNT, irá criar metodologia de avaliação de cumprimento de metas, que será fixada por Resolução do CONTRAN.
- As metas de redução de acidentes serão avaliadas com dados e informações do RENAEST.
- O DENATRAN irá propor um mecanismo de incentivo financeiro, com recursos do FUNSET, para o órgão que cumprir as metas estabelecidas no planejamento local.

Metas físicas:

- Encaminhamento dos Planos de Ações dos órgãos executivos SNT ao DENATRAN: até 30/06/2012.
- Resolução do CONTRAN com o sistema de avaliação de desempenho: até 30/6/2012.
- Projeto de incentivo ao cumprimento de metas: 30/06/2012.
- Implantação do incentivo a metas cumpridas: de 2013 a 2020.

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

Cronograma de execução: de 2011 a 2020.

Parcerias recomendadas: União, estados e municípios.

AÇÃO 5: *Integrar os municípios ao SNT.*

Objetivo: Cumprimento da legislação de trânsito;

Implementação:

- O DENATRAN deverá revisar o Manual de Municipalização, incluindo a possibilidade de estrutura mínima para atendimento à legislação de municipalização.
- O DENATRAN deverá contratar organizações não governamentais para visitarem municípios com população acima de 50 mil habitantes, para realização de encontros com as prefeituras para orientação das exigências de municipalização.
- Envolver o MP no processo de convencimento das prefeituras para se integrem ao SNT.

Metas físicas:

- Criar o Manual de “Mínimos”: 31/12/2012
- Contratar organizações não governamentais: 31/07/2012.
- Integrar: 30 novos municípios em cada ano, de 2012 a 2020.

Cronograma de execução: 2011 a 2020.

Parcerias recomendadas: MP, DENATRAN, CETRAN.

AÇÃO 6: *Criação da Ouvidoria para Acidentes de Trânsito*

Objetivo: Criar mecanismo para ouvir a sociedade especificamente sobre acidentes de trânsito – ocorrências, causas, ações de autoridades, etc.

Implementação:

- Criar uma Ouvidoria, em cada Unidade da Federação e no Governo Federal, vinculada a alguma unidade de governo, podendo ser nos níveis estaduais os CETRAN e o CONTRANDIFE e na federação os Ministérios responsáveis pela Polícia Rodoviária Federal e

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

pelas Rodovias Federais, para atendimento a ocorrências nas respectivas áreas de competência dos governos.

Metas físicas:

- Criar a Ouvidoria, até 31/12/2011

Cronograma de execução: 2011 a 2020.

Parcerias recomendadas: Governos Estaduais e Federal.

FISCALIZAÇÃO

ACÃO 1: Padronizar procedimentos de fiscalização no âmbito nacional;

Objetivo: Melhorar a qualidade dos serviços prestados;

Implementação:

- a. O DENATRAN deverá desenvolver e implantar manual de fiscalização;
- b. O DENATRAN deverá promover cursos e encontros para treinamento de multiplicadores para treinarem gestores dos órgãos do SNT para os padrões de registro, análise e interpretações dos enquadramentos das infrações de trânsito.
- c. Órgãos do SNT: os multiplicadores treinados pelo DENATRAN deverão treinar gestores nos respectivos órgãos.

Metas físicas:

- Elaboração e divulgação do Manual de fiscalização: 31/07/2012.
- Treinamento de multiplicadores: 1/8/2012 a 31/12/2012

Cronograma de execução: 2011 e 2012..

Parcerias recomendadas: SEST/SENAT; todos os órgãos do SNT e instituições credenciadas e autorizadas.

ACÃO 2: Avaliação periódica da fiscalização exercida pelos agentes;

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

Objetivo: Conhecer e avaliar periodicamente a realidade da fiscalização, visando comparar ações e compartilhar experiências, dando visibilidade aos resultados obtidos pelos órgãos e entidades do SNT.

Implementação:

- a. Os órgãos do SNT deverão realizar pesquisas qualitativas e quantitativas, segundo um padrão a ser proposto pelo DENATRAN e regulamentado pelo CONTRAN.
- b. Elaborar e difundir relatórios gerenciais. Caberá a cada órgão do SNT disponibilizar as informações ao DENATRAN, a quem caberá a consolidação das informações, elaborar o relatório nacional e difundir as informações para todos os setores da sociedade. Caberá aos CETRAN e CONTRANDIFE a organização dos dados de âmbito estadual e distrital, respectivamente.
- c. O DENATRAN irá promover seminários regionais e nacional, priorizando as experiências exitosas e estabelecendo fóruns de discussão para o aprimoramento da fiscalização.

Metas físicas:

- O DENATRAN deverá, em seis meses, propor o padrão de pesquisas, encaminhando ao CONTRAN para aprovação.
- O DENATRAN, com recurso do FUNSET, fará realizar uma pesquisa nacional, um seminário nacional e um seminário regional por ano.

Cronograma de execução: anual, de 2012 a 2020.

Parcerias recomendadas: Todos os órgãos executivos do sistema e os órgãos responsáveis pela coordenação regional, mais as entidades não governamentais que aderirem.

AÇÃO 3: Estabelecer ações prioritárias de fiscalização no âmbito nacional;

Objetivo: Redução de acidentes de trânsito.

Implementação:

- a) Caberá ao DENATRAN propor, e o CONTRAN estabelecer, planos nacionais anuais de ações de fiscalização prioritárias em função dos fatores de riscos de maior importância para a redução da violência no trânsito, que contemple:

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

- A expansão da fiscalização eletrônica de velocidade e avanço de sinal vermelho;
 - A expansão da fiscalização de: alcoolemia, faixa de pedestre, motocicleta, uso do capacete, cinto de segurança, celular, transporte de crianças e ultrapassagem proibida e dormir ao volante.
- b) Caberá ao Observatório Nacional, com recursos disponibilizados do FUNSET pelo DENATRAN, divulgar as boas práticas através dos órgãos de comunicação social.
- c) O CONTRAN deverá rever Resolução que obriga o aviso da fiscalização eletrônica de velocidade por meio de sinalização.

Metas físicas:

- Revisão da Resolução que exige a placa de sinalização de fiscalização eletrônica de velocidade: até 31/12/2011.
- Realizar fiscalização de alcoolemia:
 - Nas rodovias: em todos os postos de fiscalização, de 2011 a 2020.
 - Nas cidades: em pelo menos um local, todas as sextas feiras e sábados – de 2011 a 2020.
- Fiscalizar 20% da frota do país quanto às condições físicas e documentais do veículo em circulação, bem como as condições de habilitação dos respectivos condutores: anual, de 2012 a 2020.
- Implantar fiscalização eletrônica de avanço de sinal vermelho em todos os cruzamentos com ocorrência de acidentes de trânsito: de 2011 a 2020.
- Implantar radares de controle de velocidade em todas as rodovias federais e estaduais e nas vias urbanas, em todos os locais com alto índice de acidentes de trânsito.
- Realizar a fiscalização do uso do cinto de segurança em todos os bancos do veículo e o uso do capacete de segurança para motociclistas: de 2011 a 2020.

Cronograma de execução: 2011 a 2020.

Parcerias recomendadas: Todos os órgãos do SNT.

AÇÃO 4: *Criar selo de qualidade na fiscalização de trânsito;*

Objetivo: Incentivar o cumprimento das metas estabelecidas;

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

Implementação:

- a. Estabelecer os indicadores de qualidade e desempenho;
- b. Criar banco de ações positivas de fiscalização no trânsito.

Metas físicas: Certificar 50% dos órgãos e entidades que compõe o sistema até 2015 e 100% até 2020.

Cronograma de execução: 2011 a 2020.

Parcerias recomendadas: DENATRAN, demais integrantes do SNT, SEST/SENAT, SESI, SENAI, SESC, SENAC.

ACÃO 5: Aperfeiçoamento do regime de autuação das infrações e de execução das punições.

Objetivo: Pretende-se aumentar o grau de percepção de risco e da responsabilização dos condutores, face aos seus comportamentos, adotando um sistema de autuação das infrações mais eficaz e execução das punições fácil de entender que combata a percepção generalizada de impunidade;

Implementação:

- Realizar a cobrança contenciosa logo após o vencimento.
- Instaurar processo administrativo logo o condutor atinja vinte pontos.
- Exigir apresentação de defesa pelo condutor sob pena de ser considerado revel.
- Uso de força no recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação suspensa ou cassada.

Metas físicas:

- Rever as normas concernentes aos objetivos da ação, até 30/6/2012.
- Implantar os novos procedimentos: em 30/6/2012.

Cronograma de execução: 2011 a 2020.

Parcerias recomendadas: DENATRAN, demais integrantes do SNT, SEST/SENAT, SESI, SENAI, SESC, SENAC.

EDUCAÇÃO

Comunicação Social

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

ACÃO 1: *Elaborar e Implementar o Plano de Comunicação Social para Valorização da Segurança, das Regras e da Cidadania no Trânsito*

No Seminário Internacional de Varsóvia, em 1997, cujo título foi “Segurança Viária: Como Comunicar”, chamou-se a atenção do público interessado para o fato de que, para cada dólar gasto em favor dos comportamentos seguros, outros setores da sociedade gastam 10 ou 100 vezes mais incentivando o contrário. Basta ver a propaganda dos automóveis, das bebidas, etc.

Objetivo: Programa de conscientização da população para a valorização das regras de trânsito, o uso de transporte coletivo, a redução do uso do transporte individual, o uso de transportes não motorizados e o incentivo à ética e aos valores da cidadania. O Plano deverá contemplar a sensibilização, informação, formação e ação cívica.

Implementação:

- O Governo Federal, por meio de programas de mídia, envolvimento da rede escolar de ensino em todo o país, envolvimento dos setores religiosos, criará um sistema de comunicação social permanente.
- O Congresso Nacional deverá criar leis visando coibir e responsabilizar aqueles que promovem os maus hábitos de insegurança no trânsito.

Metas físicas:

- Criar o sistema de comunicação social: até 31/12/2012.
- Projeto de Lei no Congresso Nacional: até 30/6/2012.

Cronograma de execução: de 2011 a 2012.

Parcerias recomendadas: Órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, Secretarias de Educação, Sistema S, associações, federações, sindicatos, organizações não governamentais, entidades públicas e privadas ligadas ao setor, setores religiosos, mídia cidadã, dentre outros.

Capacitação de Profissionais do SNT

ACÃO 1: *Capacitação de Profissionais do Trânsito.*

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

Objetivo: Capacitar, formar e requalificar, (presencialmente, semi presencialmente e a distância) profissionais do Sistema Nacional de Trânsito, professores e profissionais da educação básica e superior, instrutores, examinadores, diretores geral e de ensino dos Centros de Formação de Condutores, em diferentes áreas do trânsito.

Implementação: O DENATRAN definirá temas e conteúdos a serem desenvolvidos nos cursos e elaborará recursos pedagógicos para a execução da ação, conforme demanda do Sistema Nacional de Trânsito e de profissionais a serem capacitados, utilizando os recursos do FUNSET.

Metas físicas: 100.000 (cem mil) profissionais em cursos presenciais, semipresenciais e a distância.

Cronograma de execução:

Capacitar profissionais do SNT, abarcando a diversidade de temas e assuntos que compõem o conhecimento indispensável de trânsito, em vários níveis de profundidade:

- 15.000 profissionais até 31/12/2012;
- 50.000 profissionais até 31/12/2013;
- 50.000 profissionais até 31/12/2014;

Desenvolver 10.000 profissionais por ano, de 2015 a 2020.

Parcerias recomendadas: Órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, Secretarias de Educação, Sistema S, associações, federações, sindicatos, organizações não governamentais, entidades públicas e privadas ligadas ao setor.

ACÃO 2: *Realização periódica de encontros, seminários, congressos e outros eventos em âmbitos nacional, estadual e municipal, voltados para Educação e promoção da vida no trânsito.*

Objetivo: Difusão de políticas e ações voltadas a promoção da vida no trânsito.

Implementação: O Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) realizará anualmente: “Seminário Denatran de Educação e Segurança no Trânsito”; “Encontro de Educadores do Sistema Nacional de Trânsito”; e bi anualmente o Congresso Nacional/Internacional de Segurança Viária.

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

Metas físicas: 10 (dez) Seminários, 10 (dez) Encontros e 5 (cinco) Congressos com 12.000 (doze mil) participantes.

Cronograma de execução: Seminários e Encontros, anuais; Congressos: 2012, 2014, 2016, 2018 e 2020.

Parcerias recomendadas: Órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, Secretarias de Educação, Sistema S, associações, federações, sindicatos, organizações não governamentais, entidades públicas e privadas nacionais e internacionais ligadas ao setor.

ACÃO 3: *Disponibilizar obras técnicas e científicas, artigos e outras informações de interesse social relacionadas ao trânsito.*

Objetivo: Educação para Cidadania no Trânsito.

Implementação: O Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) criará espaço virtual em sua Plataforma Educacional para a difusão e socialização de conhecimentos.

Metas físicas: 1.000.000 (um milhão) de acessos por ano, totalizando 10 milhões de acessos.

Cronograma de execução: De janeiro de 2011 a dezembro de 2020.

Parcerias recomendadas: Órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, universidades, autores, jornalistas, etc; associações, federações, sindicatos, organizações não governamentais, entidades públicas e privadas nacionais e internacionais ligadas ao setor.

ACÃO 4: *Promover cursos de extensão e de pós-graduação (presenciais, semipresenciais e a distância).*

Objetivo: Educação para Cidadania no Trânsito.

Implementação: O Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) estabelecerá parcerias com instituições de ensino superior para a criação de cursos de extensão e de pós-graduação na área de trânsito.

Metas físicas: 540 (quinhentos e quarenta) cursos .

Cronograma de execução: De março de 2011 a dezembro de 2020 .

Parcerias recomendadas: Órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, Ministério da Educação, Secretarias de Educação e instituições de ensino públicas e privadas.

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

AÇÃO 5: *Introduzir a Disciplina de Segurança Viária nos cursos de graduação de nível superior.*

Objetivo: Melhoria da compreensão do problema no seu campo de atuação.

Implementação: O Ministério da Educação encaminhará proposta ao Conselho Nacional de Educação para inserir a disciplina de segurança viária nos cursos de Engenharia, Arquitetura, Direito, Pedagogia, Medicina, Psicologia, Ciências Sociais, Gestão e Administração Pública, dentre outros.

Metas físicas: Proposta do Ministério da Educação: 31/12/2012.

Cronograma de execução: Um acadêmico de cada uma das faculdades deverá propor os conteúdos programáticos e a carga horária.

Parcerias recomendadas: Universidades e provedores.

AÇÃO 6: *Criar e manter Portal do Conhecimento de Trânsito.*

Objetivo: Socialização do acervo técnico, difusão do conhecimento e fórum virtual de discussões técnicas.

Implementação: O DENATRAN estabelecerá parcerias com instituições de ensino superior para a criação do Portal do Conhecimento de Trânsito.

Metas físicas: Colocar no “ar” o Portal do Conhecimento em 2012.

Cronograma de execução: Criação: dezembro de 2012; Manutenção: permanente.

Parcerias recomendadas: Universidades e provedores.

AÇÃO 7: *Criar a Escola Técnica de Trânsito.*

Objetivo: Formação técnica profissional padronizada em todo o país para agentes de trânsito, instrutores, avaliadores e demais profissionais de nível médio.

Implementação:

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

- Ministério da Educação em parceria com Ministério das Cidades deverá estabelecer as condições para a constituição de cursos técnicos para agentes de trânsito.
- Governos Federal, Estaduais e do Distrito Federal deverão criar os cursos de agentes de trânsito junto às Escolas Técnicas existentes (ETECs) criar os cursos de agentes de trânsito

Metas físicas: MEC e Ministério das Cidades estabelecem as condições até 31/12/2011 e os Governos criam os cursos até 31/12/2012.

Cronograma de execução: 2011 a 2020.

Parcerias recomendadas: Universidades e Governos

Educação de Trânsito para a Rede de Ensino

ACÃO 1: *Implementar a educação para o trânsito como prática pedagógica cotidiana nas escolas do Ensino Infantil e do Ensino fundamental.*

Objetivo: Educação para Cidadania no Trânsito.

Implementação: O DENATRAN elaborará e implementará o projeto de redes sociais com os professores da rede de Ensino Infantil e Fundamental e EJA, capacitando professores e concebendo, divulgando e/ou distribuindo materiais didáticos de apoio para subsidiar o trabalho pedagógico nas escolas.

Metas físicas:

- O DENATRAN irá estabelecer uma rede social com 35.000 (trinta e cinco mil) escolas e 200.000 professores até 31/12/2014, na qual poderão participar organizações não governamentais.
- Incentivar, via rede social de multiplicadores educadores, a realização de projetos transversais de trânsito anuais, pelo menos em cada série escolar, de 2015 a 2020, com foco em ética, cidadania, as dificuldades de mobilidade e voltados para a segurança dos usuários da via mais vulneráveis.

Cronograma de execução:

- Constituir a rede social: 31/12/2011

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

- Divulgar os projetos transversais elaborados pelos professores e alunos no Portal de Educação.
- Elaborar e divulgar material didático de educação de trânsito como suporte às ações dos professores.

Parcerias recomendadas: Órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, Secretarias de Educação, instituições de ensino públicas e privadas, organizações não governamentais.

AÇÃO 2: Promover o debate do tema trânsito nas escolas de Ensino Médio.

Objetivo: Educação para Cidadania no Trânsito.

Implementação: O DENATRAN promoverá encontros, presenciais ou por vídeo conferência, com estudantes do ensino médio para discutir práticas de educação e segurança no trânsito.

Metas físicas: 150.000 (cento e cinquenta mil) estudantes por ano.

Cronograma de execução: No decorrer dos anos letivos de 2011 a 2020.

Parcerias recomendadas: Órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, Secretarias de Educação e instituições de ensino públicas e privadas.

Educação de Trânsito para a Sociedade

AÇÃO 1: Definir indicadores que favoreçam a implementação de atividades e atendam as reais necessidades de segurança da população no trânsito.

Objetivo: Educação para Cidadania no Trânsito.

Implementação: O DENATRAN realizará pesquisas pontuais, com públicos-alvo específicos, visando conhecer a percepção da população para os fatores de riscos e os comportamentos no trânsito.

Metas físicas: 1 (uma) pesquisa por ano, totalizando 10 (dez) pesquisas.

Cronograma de execução: De janeiro de 2011 a dezembro de 2020.

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

Parcerias recomendadas: Órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, Secretarias Estaduais e Municipais, instituições de ensino públicas e privadas.

AÇÃO 2: *Realização de campanhas educativas conforme temas e cronogramas estabelecidos pelo CONTRAN e em conformidade às diretrizes da legislação vigente.*

Objetivo: Educação para Cidadania no Trânsito.

Implementação:

- O DENATRAN realizará, com recursos do FUNSET e do DPVAT, campanhas educativas periódicas, com foco nos principais fatores de risco de acidentes de trânsito, e o atendimento a acidentados, utilizando os meios de comunicação de massa e a Internet.
- Visando dar coerência nacional às iniciativas regionais e locais, o DENATRAN estabelecerá, anualmente, os fatores de risco alvos das campanhas realizadas individualmente pelos órgãos executivos do SNT.
- O Congresso Nacional criará projeto de lei tornando obrigatória a inserção de campanha educativa em todas as emissoras de rádio e TV.

Metas físicas:

- O DENATRAN realizará, no mínimo, de 6 (seis) campanhas ao ano, a partir de 2012;
- O DENATRAN baixará diretrizes anuais para as campanhas regionais e locais: sempre nos meses de dezembro do ano anterior.
- Inserção gratuita na TV: uma inserção diária em toda as rádios e emissoras de televisão do país, com duração de no mínimo 30 segundos: a partir de 2012.

Cronograma de execução: de 2011 a 2020.

Parcerias recomendadas: Órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito.

AÇÃO 3: *Desenvolver estratégia de integração com os meios de comunicação com a finalidade de criar uma mídia de trânsito cidadã.*

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

Objetivo: Valorizar as ações de mídia que promovam e incentivem comportamentos seguros no trânsito.

Implementação: O Observatório Nacional irá proceder à divulgação de relatórios periódicos, ações de sensibilização para profissionais da mídia e premiação das que incentivam o comportamento seguro.

Metas físicas: 1(um) relatório semestral de avaliação e 1(um) encontro anual.

Cronograma de execução: Nos meses de julho e novembro de 2011 a 2020.

Parcerias recomendadas: Empresas de radiodifusão e de comunicação.

ACÃO 4: *Capilarização da Educação de Trânsito*

Objetivo: Educação para Cidadania no Trânsito. Esta ação pode ser estendida a outras comunidades, além das redes de ensino, destinadas a educação de adultos, condutores ou não, com vistas a esclarecimento de regras de trânsito, o incentivo à mudanças de comportamentos que abordem temas como a ética, a cidadania, direitos e deveres.

Implementação: O DENATRAN desenvolverá programa e fomentará, com os recursos do FUNSET, a participação de organizações sociais não governamentais na promoção de ações educativas voltadas para trabalhadores, família, comunidades religiosas e comunidades escolares, dentre outras e criará as condições para **estimular a divulgação de boas práticas**.

Metas físicas:

- Fomentar ações educativas por meio de organizações não governamentais, assim como por meio de toda a cadeia produtiva de trânsito e transporte para realização de 10.000 ações anuais de 2012 a 2020.
- Produzir cartilhas de educação de trânsito como suporte para as ações das organizações não governamentais.

Cronograma de execução:

- Criar o programa de incentivo: até 31/12/2011;
- Realizar 10.000 ações educativas: de 2012 a 2020.

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

Parcerias recomendadas: Denatran, organizações não governamentais nacionais e internacionais, grandes empresários, redes religiosas.

AÇÃO 5: *Redução da exposição aos riscos, dos segmentos mais vulneráveis no trânsito.*

Objetivo: Promover os preceitos de promoção da saúde voltada à mobilidade urbana junto aos setores responsáveis pelo espaço/ambiente de circulação .

Implementação:

- Capacitar profissionais da saúde que atuam em projetos já existentes no Ministério da Saúde, como o de “saúde da família”, incorporando nos protocolos de atendimento questões relacionadas com os comportamentos das pessoas no trânsito, esclarecendo e conscientizando as pessoas sobre os riscos e as maneiras de evitá-los.
- Criar programas específicos com dados e números para os **agentes comunitários** sobre as questões do acidente de trânsito.
- Criar programas de informação de ação comunitária para as condições das calçadas, semáforos, faixas de pedestres, a partir do enfoque de saúde e prevenção dentro do programa saúde da família.
- Criação de programas de orientação de primeiros socorros crianças e adolescentes - na linha de protagonismo infantil em parceria com universidades locais.

Metas físicas: A ser detalhado conforme projeto a ser desenvolvido.

Cronograma de execução: Início: imediato. Final: a ser detalhado conforme projeto a ser desenvolvido.

Parcerias recomendadas: DENATRAN, Ministério da Saúde, MEC, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, Secretarias de Transporte e Mobilidade, PRF, PRE .

Melhoria na Formação de Condutores

AÇÃO 1: *Elaborar programa de acompanhamento e avaliação qualitativa dos cursos de formação, reciclagem e especialização de condutores.*

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

Objetivo: Aprimorar a formação de condutores, com foco no desenvolvimento de comportamentos seguros no trânsito, a ética, cidadania.

Implementação:

1. O CONTRAN regulamentará um banco de questões nacional único, criado pelo DENATRAN, ouvido os órgãos e entidades do SNT, para aplicação nos exames de habilitação pelo DETRAN, em todas as Unidades da Federação
2. O DENATRAN realizará, anualmente, com recursos do FUNSET, um exame nacional de aferição de capacidade, aplicável a todos os instrutores de cursos de formação de condutores, bem como a todos os profissionais responsáveis pela aplicação de exames práticos do DETRAN, como forma avaliar e comparar o nível de instrução aplicados em todo o território nacional.
3. Avaliar a qualidade dos cursos teóricos e práticos da formação do condutor e dos exames de habilitação.
4. O DENATRAN definirá diretrizes, cronograma de execução e instrumentos de avaliação a serem disponibilizados aos Departamentos Estaduais de Trânsito avaliação dos cursos ministrados pelas entidades credenciadas para formação de condutores.
5. O CONTRAN, com base em estudos do DENATRAN, ouvidas as Câmaras Temáticas, aprimorará os atuais cursos de formação de condutores, com ênfase na ética, cidadania e fatores de risco, contemplando melhor capacitação dos condutores para prestação de socorro a vítimas de trânsito.

Metas físicas:

- Avaliar, anualmente, a partir de 2012, todos os instrutores credenciados pelos DETRAN;
- Concluir, até 31/12/2011, as diretrizes e instrumentos de avaliação de desempenho do sistema de formação de condutores;
- Cada DETRAN deverá avaliar, anualmente, a partir de 2012, 20% dos cursos ofertados anualmente.
- Revisão dos cursos atuais de formação até 31/12/2014.
- Criar o banco nacional de questões para avaliação da habilitação: até 30/6/2006.

Cronograma de execução: de 2011 a 2012.

Parcerias recomendadas: Departamentos Estaduais de Trânsito e entidades por eles credenciadas.

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

Educação de Trânsito para Caminhoneiros nas Estradas

AÇÃO 1: Elaborar e implementar Programa de Apoio a Caminhoneiros nas Estradas.

Objetivo: Educação de condutores de veículos de carga para prevenção contra o uso de drogas, álcool, substâncias entorpecentes, inibir longas jornadas na direção e no trabalho, bem como dirigir e ou trabalhar ao volante com mais de 19 horas acordado e outros hábitos geradores de riscos de acidentes.

Implementação:

- Criação de um Comitê formado por representantes dos Ministérios da Saúde, do Trabalho, da Justiça, dos Transportes e das Cidades para elaboração das diretrizes, objetivos e conteúdos do Programa.
- O CONTRAN deverá baixar Resolução com as diretrizes do Programa destinada aos órgãos executivos rodoviários.
- Cada órgão executivo rodoviário deverá implementar o programa em todas as rodovias do país de 2012 a 2020.

Metas físicas:

- Criar o Comitê: 31/12/2011.
- Concluir, até 31/06/2012, as diretrizes, objetivos e conteúdos do Programa
- Resolução do CONTRAN: 31/12/2012
- Cada DETRAN deverá implementar o Programa em todas as rodovias: até 31/12/2020.

Cronograma de execução: de 2011 a 2012..

Parcerias recomendadas: Ministérios da Saúde, do Trabalho, dos Transportes, da Justiça, das Cidades, órgãos executivos rodoviários e a Polícia Rodoviária Federal. Caberá aos respectivos governos federal e estaduais, financiarem o Programa.

SAÚDE

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

ACÇÃO 1: Ampliação e consolidação do serviço de atendimento pré-hospitalar móvel.

Objetivo: Promover e garantir o cuidado e a atenção integral às vítimas.

Implementação:

- a. O Ministério da Saúde criará ação política visando a adesão das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde ao programa SAMU;
- b. A Polícia Rodoviária Federal estabelecerá convênio com o SAMU.
- c. Envolver as sociedades médicas de especialidade no planejamento e implantação dos atendimentos pré-hospitalar, hospitalar e reabilitação.
- d. Criar programa de treinamentos com simulação de catástrofes

Metas físicas:

- Adesão de 10 (10) Unidades da Federação e 10 (dez) municípios com mais de 200.000 habitantes ao programa SAMU até 31/12/2012.
- Adesão de 27 Unidades da Federação 100 (cem) municípios do SNT mais populosos ao programa SAMU até 31/12/2013.
- Adesão de todos os municípios do SNT ao programa SAMU até 2020.
- Convênio entre PRF e SAMU estabelecido até 31/12/2012.

Cronograma de execução: de 2012 a 2020.

Parcerias recomendadas: Ministério da Saúde, Secretárias Estaduais e Municipais de Saúde, PRF; PRE.

ACÇÃO 2: Elevar a qualidade do socorro às vítimas, no local do acidente.

Objetivo: Promover e garantir o cuidado e a atenção integral às vítimas.

Implementação:

- e. Ampliar as equipes de socorro na modalidade Suporte Avançado de Vida;
- f. Aumentar o número de ambulâncias com equipes médicas do programa SAMU e do Resgate do Corpo de Bombeiros;

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

- g. Implantar/ampliar o socorro aéreo para conduzir a equipe médica ao local do acidente;
- h. Criar número único no Brasil para comunicação sobre emergências no trânsito com atendimento localizado de pessoas
- i. O Ministério da Saúde deverá garantir o recurso financeiro para as implementações necessárias.
- j. Integrar os órgãos afins (ex. protocolo de intenções entre órgãos de trânsito, resgate, Bombeiros, SAMU, entre outros) no socorro e planejamento das ações
- k. Elaboração de pesquisas e levantamentos estatísticos (acidentes, vítimas, ocupação de leitos hospitalares) e criação de banco de dados confiável.
- l. Envolver as sociedades médicas de especialidade no planejamento e implantação dos atendimentos pré-hospitalar, hospitalar e reabilitação.
- m. Criar programa de treinamentos com simulação de catástrofes

Metas físicas:

- O Ministério das Comunicações, ouvido os Ministérios e órgãos públicos envolvidos, irá criar o número único de atendimento a solicitações de socorro até 31/12/2012, que será divulgado nos meios de comunicação de massa.
- Cada entidade de socorro irá constituir 10 (dez) novas equipes de socorro por ano, até 31/12/2020
- Cada entidade de socorro irá ampliar 10 (dez) ambulâncias, por ano, até 31/12/2020.
- O Ministério da Saúde deverá criar protocolo para integração das entidades de socorro a vítimas de acidente de trânsito até 31/12/2012.
- O Ministério da Saúde irá criar um sistema único integrado de informações hospitalares sobre vítimas de acidente de trânsito até 31/12/2012.

Cronograma de execução: Início: imediato. Final: a ser detalhado conforme projeto a ser desenvolvido.

Parcerias recomendadas: Ministério da Saúde, Secretárias Estaduais e Municipais de Saúde, PRF; PRE.

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

ACÇÃO 3: Ampliação e consolidação do serviço de atendimento pré-hospitalar fixo e hospitalar.

Objetivo: Promover e garantir o cuidado e a atenção integral às vítimas.

Implementação:

- a. O Ministério da Saúde criará programa de qualificação continuada dos recursos humanos voltada para o atendimento de urgência e emergência ao trauma;
- b. Criar Programa de atendimento físico e psicológico ao acidentado e à família
- c. Acompanhar os dados estatísticos realizando ações corretivas relativas aos problemas observados
- d. Desenvolver formas de sensibilização, envolvimento e comprometimento dos órgãos de saúde público e privado no atendimento gratuito de acidentados de trânsito
- e. Elaboração de planos de contingência para situações de emergência no trânsito.
- f. Envolver as sociedades médicas de especialidade no planejamento e implantação dos atendimentos pré-hospitalar, hospitalar e reabilitação.
- g. Criar programa de treinamentos com simulação de catástrofes

Metas físicas:

- Realizar 12 (doze) cursos de capacitação profissional por ano, até 31/12/2020.

Cronograma de execução: Início: imediato. Final: a ser detalhado conforme projeto a ser desenvolvido.

Parcerias recomendadas: Ministério da Saúde, Secretárias Estaduais e Municipais de Saúde, PRF, MPOG.

ACÇÃO 4: Ampliação e consolidação do atendimento de reabilitação.

Objetivo: Promover e garantir o cuidado e a atenção integral às vítimas.

Implementação:

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

- a. O Ministério da Saúde criará programa de qualificação continuada dos recursos humanos voltada para o atendimento de reabilitação;
- b. Criar sistemas de referência e contra-referência para atendimento de reabilitação dentro de redes associadas aos hospitais de atendimento inicial.

Metas físicas:

- Realizar 12 (doze) cursos de capacitação profissional por ano, até 31/12/2020.

Cronograma de execução: Início: imediato. Final: a ser detalhado conforme projeto a ser desenvolvido.

Parcerias recomendadas: Ministério da Saúde, Secretárias Estaduais e Municipais de Saúde, PRF, MPOG.

ACÇÃO 5: Conceber e Implementar Sistema Nacional Integrado de Informações e Estatística Vítimas de Trânsito.

Objetivo: Organizar e unificar informações de acidentados de trânsito no âmbito das áreas de saúde, criando um sistema nacional de informações e estatísticas.

Implementação:

- O Ministério da Saúde, ouvido os demais Ministérios envolvidos e os governos estaduais e municipais, criará um Sistema Nacional de Informações e Estatísticas de Acidentados de Trânsito.

Metas físicas:

- Criar o Sistema, até 31/12/2013.

Cronograma de execução: Início: imediato. Final: 31/12/2013.

Parcerias recomendadas: Ministério da Saúde, Secretárias Estaduais e Municipais de Saúde, PRF, MPOG.

ACÇÃO 6: Formação do Comitê Nacional de Trauma.

Objetivo: Criação do Comitê Nacional de Trauma, em composição com técnicos de carreira, com notório conhecimento do tema, com o objetivo de estimular e acompanhar ações e capacitação profissional, visando a redução das mortes causadas por trauma,

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

redução do número e da gravidade dos inválidos, o aumento do número de anos de vida produtivos, diminuição dos custos do atendimento inicial e da reabilitação, redução da responsabilidade que recai sobre a comunidade em dar apoio aos incapacitados e diminuição do impacto da doença trauma na segunda vítima, que são as famílias.

Implementação:

- O Ministério da Saúde, ouvido os demais Ministérios envolvidos e os governos estaduais e municipais, criará, subordinado a uma de suas secretarias o Comitê nacional de Traumas.
- Criar o Banco de Informações de Traumas, com indicação de hospitais com especialidade

Metas físicas:

- Criar o Comitê, até 31/12/2011.
- Criar o Banco de Informações de Traumas: até 31/12/2012.

Cronograma de execução: de 2011 a 2020.

Parcerias recomendadas: Ministério da Saúde, Secretárias Estaduais e Municipais de Saúde, PRF, MPOG.

ACÇÃO 7: Conscientização do condutor ao realizar o exame médico de habilitação ou de renovação da habilitação

Objetivo: Pretende-se usar a ocasião do exame e a credibilidade do médico para trabalhar a identificação a conscientização de riscos e a possibilidade de prevenção de acidentes, o conhecimento da legislação para assuntos específicos.

Implementação:

- O DENATRAN, ouvida a Câmara Temática de Saúde, e as organizações médicas de trânsito, deverá inserir nos procedimentos de realização dos exames de saúde física e mental do condutor, ou candidato a condutor, os temas, os ritos e as normativas de execução, para que o médico e o psicólogo tenham como procedimento a conscientização do candidato à habilitação ou renovação da CNH.
- O médico de trânsito, no ato da realização do exame, deverá conscientizar os condutores a respeito dos riscos no trânsito e suas conseqüências para a vida e à saúde .

Metas físicas:

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

- Proposta de Resolução do CONTRAN, até 31/12/2011.
- Prazo de aplicação do novo procedimento: até 31/12/2012.

Cronograma de execução: de 2011 a 2020.

Parcerias recomendadas: DENTRAN, ABRAMET, AND.

SEGURANÇA VIÁRIA

AÇÃO 1: Capacitar os gestores de trânsitos do SNT na gestão integrada do riscos relacionados com a infraestrutura viária.

Objetivo: Difundir metodologia de identificação e análise de riscos e intervenção no sistema viário como forma de reduzir com mais eficiência a incidência de acidentes.

Implementação:

- a. O DENATRAN, ouvido o SNT, criará Manual para Análise e Detecção das Causas dos Acidentes como diretriz de ação para os órgãos executivos de trânsito;
- b. O DENATRAN realizará cursos de capacitação para uso do Manual;
- c. Criação de comitês intersetoriais para viabilizar as ações integradas;
- d. Análise e mitigação prioritárias dos pontos críticos;

Metas físicas:

- O DENATRAN irá elaborar o Manual até 31/12/2012.
- O DENATRAN realizará, anualmente, cursos para gestores de trânsito para uso do Manual.
- Os órgãos executivos de trânsito deverão elaborar um programa para restabelecer as condições de segurança das rodovias em decorrência de uso do solo inadequado nas áreas lindeiras à via.

Cronograma de execução: Manual: 31/12/2012; Cursos: de 2012 a 2020.

Parcerias recomendadas: Organizações públicas, privadas e da sociedade civil.

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

ACÃO 2: Criação do programa de proteção ao pedestre

Objetivo: Reduzir atropelamentos em vias urbanas.

Implementação: incentivar medidas de proteção aos pedestres e de melhoria das condições de segurança e conforto nas vias públicas:

- Revisão de legislação sobre calçadas, para que o Município seja o responsável pela construção de calçadas, com custos pagos pelo proprietário do lote, de maneira a homogeneizar os padrões de projeto e construção.
- Reconstrução das calçadas, visando compor um padrão homogêneo de projeto e construção em toda a extensão da via.
- Sinalizar adequadamente as travessias de rua, com a pintura de faixas, sinalização semafórica para pedestre, instalação de equipamentos de proteção, como gradis, iluminação, dentre outras.

Metas físicas:

- Cada órgão do SNT, responsáveis pela via urbana ou rodoviária, deverá identificar 10 (dez) locais com altos índices de atropelamento de pedestres, por ano.
- Cada órgão do SNT, responsável pela via urbana ou rodovia, deverá implementar ações de engenharia, fiscalização e educação nos 10 (dez) locais identificados como de maior risco de atropelamento, utilizando os recursos de multas de trânsito.
- Cada Município deverá reconstruir as calçadas (passeio público), a cada ano, uma extensão equivalente a 10% da malha viária urbana, utilizando recursos próprios ou de fundos previstos no Ministério das Cidades, que serão ressarcidos pelo proprietário do lote.

Cronograma de execução: de 2012 a 2020

Parcerias recomendadas: Organizações públicas, privadas e da sociedade civil.

ACÃO 3: Criação de programa de segurança para motociclistas.

Objetivo: Reduzir a incidência de acidentes com motociclistas.

Implementação:

- a. O CONTRAN deverá baixar regulamentação visando:

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

- Proibir a circulação de motocicletas nas vias urbanas de características expressas e de tráfego pesado;
- Limitar a velocidade das motocicletas a 80% da velocidade regulamentada da via;
- Restringir o uso de tachões e prismas de concreto em rodovias e vias urbanas abertas ao tráfego de motocicletas.
- Proibir recobrimento da sinalização horizontal com tinta preta
- b. O CONTRAN deverá baixar Resolução com diretrizes visando orientar os órgãos executivos municipais e rodoviários a
 - Utilizar sempre que possível uma pavimentação que promova a maior aderência pneu/pavimento, em vias públicas;
 - Estimular o uso de pavimentação "camada porosa de atrito", para evitar aquaplanagem.

Metas físicas: Resoluções baixadas até 31/12/2012.

Cronograma de execução: Elaboração de estudos pelo DENATRAN EM 2011 e 2012; Resolução CONTRAN em 31/12/2012.

Parcerias recomendadas: Órgãos executivos de trânsito municipais e rodoviários..

AÇÃO 4: Criação de programa de segurança para ciclistas.

Objetivo: Reduzir a incidência de acidentes com ciclistas.

Implementação:

- a. O DENATRAN elaborará e divulgará Manual de Implantação de Ciclovias e Ciclofaixas.
- b. O DENATRAN, por meio de recursos do FUNSET e do órgão do SNT proponente, deverá estimular, mediante projetos elaborados pelos órgãos executivos de trânsito
 - A implantação de ciclofaixas e ciclovias, segundo especificações do Manual.
 - A construção de facilidades para integração modal (estacionamento de bicicletas, permissão de acesso de bicicletas nos meios de transporte coletivo etc);
- c. O DENATRAN, por meio de recursos do FUNSET, deverá estimular organizações não governamentais vinculadas ao segmento de ciclomotores a desenvolver ações educativas e de capacitação.

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

Metas físicas:

- Elaboração do Manual de Implantação de Ciclovias e Ciclofaixas: 31/12/2012.
- Fomento a projetos de construção de ciclovias ou ciclofaixas e facilidades de integração intermodal: de 2012 a 2020.
- Fomento a organizações não governamentais.

Cronograma de execução: de 2011 a 2020.

Parcerias recomendadas: Organizações públicas, privadas e da sociedade civil.

ACÃO 5: Criar programa de manutenção permanente e adequação de vias.

Objetivo: Minimizar as causas de acidentalidade advindas da via.

Implementação:

- Desenvolver e implantar medidas corretivas na infra-estrutura urbana e rodoviária identificadas como as principais causas da geração de riscos de acidentes, como tipo e estado de pavimento, tipos de sinalização utilizadas, defensas, tratamentos especiais nas curvas, drenagem, condições de utilização das faixas de domínio das rodovias, obstáculos que reduzem a visibilidade, etc.
- Exigência de análise para aprovação, implantação e fiscalização para prédios, Loteamentos, novas vias e obras de arte, em especial para Pólos Geradores de Tráfego.
- Sinalização de orientação de hospitais que façam atendimento gratuito a acidentados.
- Revisão do uso do solo das áreas lindeiras às rodovias que representem situações de risco e de insegurança para o tráfego da via. Garantir que todas as intervenções no sistema viário sejam previamente aprovadas pelos órgãos executivos de trânsito.
- Implementar medidas visando a padronização e a redução da velocidade nas vias públicas.
- Incremento da utilização das novas tecnologias para a gestão e informação de tráfego em tempo real.
- Realização de Auditorias de Segurança de Trânsito e Programas de Inspeção de Segurança de Trânsito.

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

- Melhoria do ambiente rodoviário em meio urbano, com a requalificação dos espaços públicos urbanos, visando assegurar condições de segurança para a circulação de pedestres e ciclistas através, designadamente, da redução da velocidade de circulação em zonas críticas

Metas físicas:

- Órgãos rodoviários: deverão identificar 20 locais, para cada 1.000 km da rede rodoviária, por ano, em que se identificam situações de maior incidência de acidentes decorrentes da infra estrutura, desenvolvendo e implantando medidas mitigadoras.
- Órgãos municipais: deverão identificar pelo menos 2 locais para cada 500 Km de via urbana, por ano, em que as condições físicas da infra estrutura viária é causa de incidência de acidentes de trânsito, desenvolvendo e implementando medidas mitigadoras.

Cronograma de execução: 2012 a 2020.

Parcerias recomendadas: Órgãos federais, estaduais, municipais, concessionárias de serviços públicos (teles, energia, saneamento etc), Ministério Público e Tribunais de Contas.

AÇÃO 6: Garantir a utilização somente da sinalização viária regulamentada em todo território nacional.

Objetivo: Evitar o conflito de entendimento pelos usuários das vias.

Implementação:

a. O DENATRAN, por meio de cursos, deverá promover a divulgação dos Manuais de Sinalização já publicados, bem como o treinamento e a capacitação dos profissionais da área nas cidades com trânsito municipalizado ou não, através da difusão das boas práticas sinalização e segurança viária;

Metas físicas:

- O DENATRAN promoverá a divulgação, por meios de comunicação mais eficazes, dos Manuais de Sinalização já publicados.
- O DENATRAN irá oferecer pelo menos cursos para 10 turmas anuais para treinamento da sinalização.

Cronograma de execução: de 2012 a 2020.

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

Parcerias recomendadas: Órgãos executivos de trânsito, CETRAN, Ministério Público e Tribunais de Contas.

ACÇÃO 7: *Implantação de rotina de investigação epidemiológica nos acidentes de trânsito com vítimas- Indicadores de risco, de desempenho de segurança rodoviária e comportamento dos usuários.*

Objetivo: desenvolver novos métodos de estudo, através da identificação dos fatores de risco da sua combinação tendo em vista aprofundar o conhecimento existente no domínio da segurança rodoviária e possibilitar adotar estratégias de intervenção a utilização de indicadores de eficácia destas.

Implementação:

Elaboração de Manual de Investigação Epidemiológica dos Acidentes de Trânsito, contemplando a definição da metodologia de investigação, definição de meios para execução, identificação dos fatores de risco e suas combinações, análise da distribuição dos fatores de risco por grupos de risco, proposta de abordagem, realização de ensaios controlados, propostas de intervenção, e criação de indicadores de eficácia de intervenção para implementação de monitorização.

Metas físicas:

- O DENATRAN deverá coordenar a elaboração do Manual, até 31/12/2012.

Cronograma de execução: de 2011 e 2012.

Parcerias recomendadas: Órgãos executivos de trânsito, Câmaras Temáticas.

SEGURANÇA VEICULAR

ACÇÃO 1: *Implementação da Inspeção Técnica Veicular - ITV .*

Objetivo: Implantar normas e regulamentação para realização da inspeção técnica veicular, como forma de reduzir acidentes de trânsito com causa na falta de manutenção, preventiva e corretiva, dos veículos.

Implementação:

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

- a. O CONTRAN, com base em estudo do DENATRAN, ouvido os órgãos do SNT, na forma estabelecida em Lei, deverá regulamentar as normas de realização da inspeção técnica de veículos.
- b. O DENATRAN, por meio de divulgação e campanha educativa, deverá estimular o desenvolvimento da cultura da manutenção dos veículos;
- c. O Ministério da Ciência e Tecnologia, ouvido o Ministério das Cidades, criará programa nacional de substituição da frota de veículos com mais de 10 anos de uso por veículos novos, por meio de mecanismos como os de benefício fiscal.

Metas físicas:

- a. Baixar regulamentação definida em Lei: 31/12/2012.
- b. Implantação da ITV: até 2014.
- c. Inspeccionar veículos: segundo cronograma definido na regulamentação
- d. Inspeccionar 100% da frota de veículos: até 2012
- e. Programa de substituição da frota: de 2014 a 2020

Cronograma de execução: Definida pelo PL 5525/2009.

Parcerias recomendadas: ANTT, AND, Universidades, Centro de Pesquisas, CESVI, ANFAVEA, AEA, ANGIS, DENATRAN.

AÇÃO 2: Definir as diretrizes gerais para desenvolvimento de um projeto de “veículo seguro”.

Objetivo: Aumentar o nível de segurança ativa e passiva dos veículos, reduzindo, conseqüentemente, o número de acidentes e de morte e de feridos.

Implementação: Incorporação gradativa dos itens de segurança.

- a. O CONTRAN, com base em estudo realizado pelo DENATRAN, ouvida as Câmaras Temáticas, os órgãos do SNT e demais segmentos da sociedade envolvidos, deverá estabelecer os itens de segurança obrigatório na fabricação de veículos.
- b. Os fabricantes de veículos automotores terão prazo para incrementarem as novas exigências.
- c. Os fabricantes de peças deverão seguir padrões de produção e certificação estabelecidos no país.
- d. O DENATRAN fomentará organizações não governamentais, por meio de recursos do FUNSET, a realizarem cursos, treinamentos e outras ações educativas para oficinas mecânicas visando a conscientização para utilização apenas de peças de reposição dentro dos padrões e certificações.

DÉCADA DE AÇÃO PELA SEGURANÇA NO TRÂNSITO - 2011 - 2020

Resolução ONU N° 2, de 2009

PROPOSTA DO BRASIL PARA REDUÇÃO DE ACIDENTES E SEGURANÇA VIÁRIA

e. O CONTRAN, com base em estudo do DENATRAN, baixará regulamentação para definir numeração de segurança em peças/sistemas veiculares vitais para a segurança.

f. O Ministério da Ciência e da Tecnologia fomentará a criação de institutos de pesquisa voltados para o desenvolvimento de segurança veicular.

Metas físicas:

- Resoluções do CONTRAN: até 31/12/2012.
- Prazo para fabricação de veículos com os novos itens exigidos pelo CONTRAN: DE 2013 a 2020
- Fomento a organizações não governamentais: 10 organizações e 1.000 oficinas treinadas por ano.
- Criação do instituto de pesquisa de segurança veicular.

Cronograma de execução: de 2011 a 2020

Parcerias recomendadas: ANFAVEA, SINDIPEÇAS, AEA, SIMEFRE, ABRACICLO, ANFIR, CENTROS DE PESQUISAS, DENATRAN

São Paulo, 05 de maio de 2011.

ANTP - Associação Nacional de Transportes Públicos
CEDATT - Comitê Nacional de Mobilização pela Saúde, Segurança e Paz no Trânsito
IE - Instituto de Engenharia